



Centro Social e Paroquial de Carnide

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

Índice

Balanço.....	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas.....	5
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	7
Anexo	8
1. Identificação da Entidade	8
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	8
3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	9
3.1. Ativos Fixos Tangíveis	9
3.2. Inventários	10
3.3. Instrumentos Financeiros	10
3.4. Fundos Patrimoniais	11
3.5. Rédito.....	14
3.6. Principais estimativas e julgamentos apresentados.....	14
3.7. Especialização de exercícios	14
3.8. Acontecimentos subsequentes.....	15
4. Ativos Fixos Tangíveis	15
5. Ativos Intangíveis.....	16
6. Locações.....	17
7. Inventários	17
8. Réditos	18
9. Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	18
10. Benefícios dos empregados	19
11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	20
12. Outras Informações	20
12.1. Créditos a receber.....	20
12.2. Outros ativos correntes	20
12.3. Diferimentos	21
12.4. Caixa e Depósitos Bancários	21
12.5. Fundos Patrimoniais	21
12.6. Estado e Outros Entes Públicos	21
12.7. Outros Passivos Correntes.....	22

12.8. Subsídios, doações e legados à exploração	22
12.9. Fornecimentos e serviços externos	22
12.10. Outros rendimentos.....	23
12.11. Outros gastos	23
12.12. Resultados Financeiros	23
12.13. Investimentos Financeiros	23
12.14. Demonstração de Resultados por Natureza por Valências	24
12.15. Acontecimentos após data de Balanço	24

Balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2018	31-12-2017
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	91.664,02	104.031,34
Ativos intangíveis	5	-	-
Investimentos financeiros	12.13	4.127,57	2.567,15
Subtotal		95.791,59	106.598,49
Ativo corrente			
Inventários	7	-	-
Créditos a receber	12.1	38.136,15	39.225,50
Diferimentos	12.3	6.445,40	5.069,75
Outros ativos correntes	12.2	448.554,09	33.005,22
Caixa e depósitos bancários	12.4	526.553,04	1.059.089,48
Subtotal		1.019.688,68	1.136.389,95
Total do Ativo		1.115.480,27	1.242.988,44
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12.5	37.109,73	37.109,73
Resultados transitados	12.5	1.023.060,17	1.025.111,71
Resultado Líquido do período	12.5	(130.770,26)	(2.051,54)
Total do fundo do capital		929.399,64	1.060.169,90
Passivo			
Passivo não corrente			
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores		35.046,78	30.739,12
Estado e outros Entes Públicos	12.6	24.527,88	17.951,11
Financiamentos obtidos	6		273,50
Outros passivos correntes	12.7	126.505,97	133.854,81
Subtotal		186.080,63	182.818,54
Total do passivo		186.080,63	182.818,54
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.115.480,27	1.242.988,44

Lisboa, 23 de Março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

Demonstração dos Resultados por Naturezas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	8	532 910,94	536 989,02
Subsídios, doações e legados à exploração	9	546 162,48	569 256,49
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(149 423,23)	(148 245,16)
Fornecimentos e serviços externos	12.9	(216 416,38)	(219 713,29)
Gastos com o pessoal	10	(842 279,61)	(726 990,23)
Outros rendimentos	12.10	25 707,03	24 513,14
Outros gastos	12.11	(11 425,26)	(25 157,93)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(114 764,03)	10 652,04
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(16 418,45)	(15 948,41)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(131 182,48)	(5 296,37)
Juros e rendimentos similares obtidos	12.12	438,48	3 251,09
Juros e gastos similares suportados	12.12	(26,26)	(6,26)
Resultados antes de impostos		(130 770,26)	(2 051,54)
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		(130 770,26)	(2 051,54)

Lisboa, 23 de Março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2017					U. M. Euros
		Fundos	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1	37 109,73	1 020 679,12	4 432,59	1 062 221,44
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	0,00	4 432,59	-4 432,59	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3			-2 051,54	-2 051,54
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3			-6 484,13	-2 051,54
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO					
	5	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	6=1+2+3+4	37 109,73	1 025 111,71	-2 051,54	1 060 169,90

Lisboa, 23 de Março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2018					U. M. Euros
		Fundos	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	6	37 109,73	1 025 111,71	(2 051,54)	1 060 169,90
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Alterações de políticas contabilísticas					-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8			(130 770,26)	(130 770,26)
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8			(130 770,26)	(130 770,26)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO					
	10	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2018	6+7+8+10	37 109,73	1 025 111,71	(132 821,80)	929 399,64

Lisboa, 23 de Março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

Demonstração dos Fluxos Caixa

RUBRICAS	Notas	2018	2017
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		545 771,26	538 596,29
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		-347 847,37	-298 537,94
Pagamentos ao pessoal		-526 371,89	-458 989,17
Caixa geradas pelas operações		-328 448,00	-218 930,82
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-328 448,00	-218 930,82
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	300 129,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	-300 000,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		0,00	129,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		72 686,00	471 763,49
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	-48,91
Reduções de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de atividades de financiamento (3)		72 686,00	471 714,58
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-255 762,00	252 912,76
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 059 089,48	1 045 707,22
Caixa e seus equivalentes no fim do período		526 553,04	1 059 089,48

A Administração/Gerência _____

O Contabilista Certificado _____

Anexo

1. Identificação da Entidade

O Centro Social e Paroquial de Carnide (CSPC) é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 157 de 09/07/1996, Série III, com o n.º de registo da segurança social n.º 57/85, tem sede na Estrada da Correia, n.º 6, Carnide, Lisboa. Tem como principal atividade o apoio social, educacional, psicológico, espiritual, de reabilitação e de cuidados de saúde primários contribuindo assim para a qualidade de vida dos seus utentes.

O CSPC é constituído por 5 respostas sociais: Creche, Jardim de Infância e ATL na área da infância, Centro Dia e Apoio Domiciliário na área dos idosos.

Nº médio de Utentes por resposta social

Valências	Nº Utentes	
	2018	2017
Apoio Domiciliário	30	41
Centro Dia	35	44
Creche	40	40
Jardim de Infância	75	71
ATL	50	62
Total nº médio utentes	230	258

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos do CSPC e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

MN W.
A
K
M
A

3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a empresa adotou:

As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, que instituiu o ESNL;

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF -ESNL, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

3.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos ao CSPC a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que o CSPC tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	4 a 8 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	3 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	4 a 7 anos

O CSPC revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

O CSPC adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.3. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “*Instrumentos Financeiros*” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;

- Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Clientes e outras contas a Receber

Os “*Clientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

3.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.4.1. Financiamentos Obtidos

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram no CSPC por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.4.2. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais do CSPC dos anos de 2012 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A IPSS durante o ano de 2018 não praticou nenhuma atividade sujeita a IRC não resultando qualquer valor de imposto de pagar.

3.5. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o CSPC;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.6. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do CSPC são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Direção Nacional, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

3.7. Especialização de exercícios

O CSPC regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.8. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. Ativos Fixos Tangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Direção para os ativos e negócios em questão.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Direção no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Edifícios e outras construções	430 892,55	-	-	-	-	430 892,55
Equipamento básico	280 291,36	3 097,14	-	-	-	283 388,50
Equipamento de transporte	217 149,55	-	-	-	-	217 149,55
Equipamento administrativo	143 694,95	-	-	-	-	143 694,95
Outros Ativos fixos tangíveis	16 372,96	-	-	-	-	16 372,96
Total	1 088 401,37	3 097,14	-	-	-	1 091 498,51
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	354 043,45	4 713,77	-	-	-	358 757,22
Equipamento básico	276 437,55	2 725,73	-	-	-	279 163,28
Equipamento de transporte	183 787,93	8 340,40	-	-	-	192 128,33
Equipamento administrativo	142 224,95	-	-	-	-	142 224,95
Outros Ativos fixos tangíveis	15 024,88	168,51	-	-	-	15 193,39
Total	971 518,76	15 948,41	-	-	-	987 467,17

M J
K
J
[Signature]

31 de Dezembro de 2018						
	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Custo						
Edifícios e outras construções	430.892,55	-	-	-	-	430.892,55
Equipamento básico	283.388,50	-	-	-	-	283.388,50
Equipamento de transporte	217.149,55	-	-	-	-	217.149,55
Equipamento administrativo	143.694,95	3.419,40	-	-	-	147.114,35
Outros Ativos fixos tangíveis	16.372,96	631,73	-	-	-	17.004,69
Total	1.091.498,51	4.051,13	-	-	-	1.095.549,64
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	358.757,22	4.713,77	-	-	-	363.470,99
Equipamento básico	279.163,28	1.950,83	-	-	-	281.114,11
Equipamento de transporte	192.128,33	8.340,41	-	-	-	200.468,74
Equipamento administrativo	142.224,95	1.139,68	-	-	-	143.364,63
Outros Ativos fixos tangíveis	15.193,39	273,76	-	-	-	15.467,15
Total	987.467,17	16.418,45	-	-	-	1.003.885,62

5. Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

31 de Dezembro de 2017						
	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Gasto						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos Intangíveis	-	-	-	-	-	-
Investimento em curso	33.488,15	-	-	(33.488,15)	-	-
Total	33.488,15	-	-	(33.488,15)	-	-
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos Intangíveis	-	-	-	-	-	-
Investimento em curso	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018

31 de Dezembro de 2018						
	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Gasto						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Investimento em curso	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Investimento em curso	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

6. Locações

O CSPC detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2018			2017		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais			-	-	-	-
Edifícios e outras construções			-	-	-	-
Equipamento básico	70.271,40	(70.271,40)	-	70.271,40	(59.511,69)	10.759,71
Equipamento de transporte	15.853,29	(15.853,29)	-	15.853,29	(12.682,64)	3.170,65
Equipamento biológico			-	-	-	-
Equipamento administrativo	2.610,60	(2.610,60)	-	2.610,60	(2.210,88)	399,72
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	88.735,29	(88.735,29)	-	88.735,29	(74.405,21)	14.330,08

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Inventários

Descrição	Inventário em 01-Jan-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2018
Mercadorias	-	32,60	-	-	28,75	-	-
Matérias-primas	4.982,77	68.356,06	74.873,73	-	88.028,12	61.366,36	-
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
Total	4.982,77	68.388,66	74.873,73	-	88.056,87	61.366,36	-

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	148.245,16		149.423,23
Variações nos inventários da produção	-		-

De referir que os valores das reclassificações e regularizações incluem donativos em espécie do Banco Alimentar e do Pingo Doce, conforme se apresenta a seguir:

Donativos em Especie	2017	2018
Banco Alimentar	45 285,65	45 554,79
Farmácia Idanha		
Entreajuda		1 336,60
Pingo Doce	35 483,28	27 943,67
Outros		1 704,63
Total	80 768,93	76 539,69

8. Réditos

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Prestação de Serviços	532 910,94	536 989,02
Mensalidades utentes	532 910,94	536 989,02
Infância e Juventude	417 609,27	422 626,36
Creche	119 952,42	101 741,92
Jardim Infância	189 788,17	188 363,79
ATL	107 868,68	132 520,65
Família e Comunidade	308,37	1 933,79
Invalidez e reabilitação	0,00	0,00
Terceira Idade	114 993,30	112 428,87
Centro Dia	63 111,28	65 543,26
Apoio Domiciliário	51 882,02	46 885,61
Total	532 910,94	536 989,02

9. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2018, 2017 e 2016 o CSPC tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo":

Descrição	2018	2017	2016
Subsídios do Governo:			
Centro Regional de Segurança Social	457.708,65	471.763,49	474.173,07
Instituto do Emprego e Formação Profissional			1.042,56
Junta Freguesia de Carnide		725,00	3.900,00
Camara Municipal de Lisboa			-
Total	457.708,65	472.488,49	479.115,63

10. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2017 e 2018, foram de 8.

Os órgãos sociais do CSPC não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O quadro de recursos humanos da instituição no exercício de 2017 manteve os 51 trabalhadores, conforme o quadro seguinte:

Empregados por categoria profissional	2018	2017
Educadoras de infância	6	6
Ajudantes Ação Educativa	18	17
Animadora Sociocultural	1	1
Ajudantes Ação Direta	10	7
Motorista	2	2
Cozinheiras	2	2
Escriturário	1	1
Tesoureiro	2	1
Coordenadora Pedagógica	1	1
Director Técnico	1	1
Psicóloga	1	1
Enfermeira	2	1
Fisioterapeuta	1	1
Técnico de ATL	1	1
Prof. 2º e 3º ciclo ensino básico e secundário	1	1
Trabalhador Auxiliar	6	7
Ajud.Cozinheiro	2	2
Total	58	53

Os gastos que o CSPC incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017	Variação	
			Valor	%
Remunerações aos Órgãos Sociais		-	-	
Remunerações ao Pessoal	581 689,39	541 481,60	40 207,79	7,43%
Benefícios Pós-Emprego	-	-	-	
Indemnizações	696,00	-	696,00	
Encargos sobre as Remunerações	124 451,25	107 805,91	16 645,34	15,44%
Seguro Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	5 876,30	7 558,00	(1 681,70)	-22,25%
Formação Profissional	867,20	1 184,00	(316,80)	-26,76%
Fardamento	3 599,82	2 384,98	1 214,84	50,94%
Medicina no trabalho	1 610,22	-	1 610,22	
Segurança e Higiene no trabalho	821,17	1 433,98	(612,81)	-42,73%
Outros gastos	-	-	-	
Especializações	122 668,26	65 141,76		0,883097
Total	842 279,61	726 990,23	57 762,88	15,86%

M
R
A
D

11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

O CSPC não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação do CSPC perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1. Créditos a receber

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica “créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c	38.136,15	39.225,50
Utentes	38.136,15	39.225,50
Total	38.136,15	39.225,50

12.2. Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Adiantamentos ao pessoal	760,00	210,00
Adiantamentos a Fornecedores	2.603,26	19.686,23
Outros Devedores	442.196,09	13.108,99
Tickets	2.994,74	9.463,59
Despesas automóveis a reembolsar	-	3.645,40
Caritas	-	-
Grenke	-	-
Perdas por Imparidade	-	-
Total	448.554,09	33.005,22

12.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a reconhecer		
Seguros	6.445,40	5.069,75
Conservação e reparação	-	-
Medicina Trabalho	-	-
Total	6.445,40	5.069,75
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios IEFP	-	-
Total	-	-

12.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	2.847,71	606,86
Depósitos à ordem	173.705,33	408.482,62
Depósitos a prazo	350.000,00	650.000,00
Total	526.553,04	1.059.089,48

12.5. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2018
Fundos	37.109,73	-	-	37.109,73
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	1.025.111,71	-	(2.051,54)	1.023.060,17
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	-	-	-	-
Resultado líquido do período	(2.051,54)	(130.770,26)	2.051,54	(130.770,26)
Total	1.060.169,90	(130.770,26)	-	929.399,64

12.6. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Passivo		
Segurança Social	17.365,99	13.642,44
Fundos Compensação	158,48	26,67
Retenção na fonte de Imposto	6.053,03	4.282,00
IVA Reembolso	950,38	-
Total	24.527,88	17.951,11

H H
 A
 J
 M

12.7. Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018	2017	2016
Pessoal	118,93	55,68	136,08
Remunerações a pagar			-
Outras operações	118,93	55,68	136,08
Fornecedores de Investimentos	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	126.387,04	108.715,94	107.307,97
Outros credores		25.083,19	233,52
Total	126.505,97	133.854,81	107.677,57

12.8. Subsídios, doações e legados à exploração

O CSPC reconheceu, nos períodos de 2018, 2017 e 2016 os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017	2016
Subsídios de outras entidades	-	-	-
Doações e heranças:	88.453,83	96.768,00	93.009,19
Donativos em numerário	11.914,14	15.999,07	7.300,00
Donativos em especie	76.539,69	80.768,93	85.709,19
Total	88.453,83	96.768,00	93.009,19

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

12.9. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	9.962,64	7.604,44
Serviços especializados	92.097,12	102.864,74
Materiais	29.069,67	46.719,12
Energia e fluidos	36.757,47	32.512,10
Deslocações, estadas e transportes	11.009,47	2.231,59
Serviços diversos:		
Limpeza, higiene e conforto	18.993,94	12.081,67
Seguros	11.321,06	7.784,37
Comunicação	6.122,35	4.198,74
Rendas e alugueres	1.020,36	2.810,75
Outros	62,30	767,31
Contencioso e Notariado	-	111,46
Despesas de representação	-	27,00
Total	216.416,38	219.713,29

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'M', 'J.F.', and several illegible scribbles.

12.10. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	13.106,20	16.884,22
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	184,22
Correções relativas a períodos anteriores	2.347,18	-
Restituição impostos	8.166,26	6.806,57
Outros rendimentos e ganhos	2.087,39	638,13
Total	25.707,03	24.513,14

12.11. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	1.262,95	228,16
Outros Gastos e Perdas	10.133,23	24.929,77
Quotizações	1.002,50	495,00
Donativos	-	-
Correções relativas a períodos anteriores	9.115,15	24.306,55
Multas e penalidades	11,00	128,00
Outros	4,58	0,22
Outros Juros	29,08	-
Total	11.425,26	25.157,93

12.12. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	26,26	6,26
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	26,26	6,26
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	438,48	3.251,09
Total	438,48	3.251,09
Resultados financeiros	412,22	3.244,83

12.13. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, o CSPC detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2018	2017
Outras aplicações financeiras	4.127,57	2.567,15
Fundos de compensação - FCT	4.127,57	2.567,15
Total	4.127,57	2.567,15

12.14. Demonstração de Resultados por Natureza por Valências

Rendimentos e Gastos	2018						
	Total Centros Custo	Centro Dia	Apoio Domiciliário	Jardim Infância	ATL	Creche	Família e Comunidade
Vendas e serviços prestados	532 910,94	63 111,28	51 882,02	189 788,17	107 868,68	119 952,42	308,37
Subsídios, doações e legados à exploração	546 162,48	61 401,24	114 126,40	163 465,58	56 211,54	148 862,72	2 095,00
Variação nos inventários da produção	0,00						
Trabalhos para a própria entidade	0,00						
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consu	-149 423,23	-25 405,75	-19 528,93	-47 744,37	-31 243,09	-25 501,09	0,00
Fornecimentos e serviços externos	-216 416,38	-37 116,06	-39 717,89	-60 050,12	-34 503,84	-43 879,55	-1 148,92
Gastos com o pessoal	-842 279,61	-126 231,28	-151 402,38	-238 267,83	-133 669,80	-192 708,32	0,00
Outros rendimentos e ganhos	25 707,03	2 934,26	5 891,30	7 774,89	2 908,37	6 198,21	0,00
Outros gastos e perdas	-11 425,26	-1 797,85	-2 025,50	-3 322,65	-1 353,99	-2 925,27	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-114 764,03	-63 104,16	-40 774,98	11 643,67	-33 782,13	9 999,12	1 254,45
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-16 418,45	-2 380,74	-2 955,43	-4 843,46	-1 970,18	-4 268,64	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-131 182,48	-65 484,90	-43 730,41	6 800,21	-35 752,31	5 730,48	1 254,45
Juros e rendimentos similares obtidos	438,48	63,58	78,93	129,35	52,62	114,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	-26,26	-4,46	-3,42	-8,41	-5,51	-4,46	0,00
Resultado antes de impostos	-130 770,26	-65 425,78	-43 654,90	6 921,15	-35 705,20	5 840,02	1 254,45
Impostos sobre o rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	-130 770,26	-65 425,78	-43 654,90	6 921,15	-35 705,20	5 840,02	1 254,45

Nº de utentes	230	35	30	75	50	40
Resultado por utente	-568,57 €	-1 869,31 €	-1 455,16 €	92,28 €	-714,10 €	146,00 €
Rendimentos por utente	4 805,30 €	3 643,15 €	5 732,62 €	4 815,44 €	3 340,82 €	6 878,18 €
Custos por utente	-5 373,87 €	-5 512,46 €	-7 187,79 €	-4 723,16 €	-4 054,93 €	-6 732,18 €

12.15. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Lisboa, 25 de março de 2018

O Contabilista Certificado

*Paula de Fátima
Teresa de C. C.*

A DIREÇÃO

[Handwritten signatures]